



Proposição: PLEI - Projeto de Lei
Número: 000010/2025
Processo: 10519-00 2025

Parecer Marcelo Vitor Mendes Condé - Comissão Especial de Veto

1. RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 000010/2025, de iniciativa da Vereadora Roberta Lopes Alves, institui o Programa Merenda Feliz, autorizando o Poder Executivo a fornecer alimentação escolar nos sábados, domingos e feriados aos alunos da rede municipal de ensino de Juiz de Fora.

A justificativa ressalta que o direito à alimentação é garantido pela Constituição Federal, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pela Lei do PNAE (Lei nº 11.947/2009). Destaca, ainda, que muitas crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade dependem da merenda escolar como principal refeição do dia, sendo essencial ampliar o alcance do programa para fins de promoção da dignidade e do desenvolvimento biopsicossocial.

2. FUNDAMENTAÇÃO

A proposta dialoga diretamente com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CF), do direito social à alimentação (art. 6º, CF) e da proteção integral da criança e do adolescente (art. 227, CF). Tais dispositivos impõem ao Estado e à sociedade o dever de assegurar condições mínimas para o desenvolvimento físico e intelectual das crianças.

A Lei nº 11.947/2009 (Lei do PNAE), por sua vez, já consagra a alimentação escolar como um direito universal dos estudantes da rede pública, mas não abrange períodos em que não há aulas. O projeto ora analisado busca justamente preencher essa lacuna, estendendo o fornecimento da merenda para dias não letivos, com vistas a garantir a continuidade da nutrição adequada, sobretudo para os alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Trata-se, portanto, de política pública com forte impacto social, que além de combater a insegurança alimentar, favorece a saúde, o rendimento escolar e a inclusão social.

3. CONCLUSÃO

O Projeto de Lei nº 000010/2025 apresenta relevância inquestionável, ao ampliar a rede de proteção social para crianças e adolescentes de Juiz de Fora, promovendo o direito fundamental à alimentação e contribuindo para o enfrentamento da insegurança alimentar. Assim, manifesto-me favoravelmente à tramitação e aprovação da proposta, recomendando seu encaminhamento para apreciação em plenário, ocasião em que reiterarei meu voto.

Palácio Barbosa Lima, 20 de agosto de 2025.



Marcelo Vitor Mendes Condé
Vereador Dr. Marcelo Condé - Avante